

A INFÂNCIA E SEUS DIREITOS NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Adriana dos Santos da Silva ¹

RESUMO

O presente trabalho busca compreender a partir do cotidiano das crianças da Escola de Educação Infantil, da faixa etária entre 4 e 5 anos, a forma pela qual as mesmas tem acesso a informação e a vivência dos seus direitos fundamentais. O percurso deste trabalho nos fornece subsídios para pensar os mitos culturais reproduzidos através de gerações e da própria formação do Estado Brasileiro, que expropriou a muitos dos direitos fundamentais, e com a criança não foi diferente. Nessa perspectiva, o reconhecimento da necessidade de pensar os direitos da criança a partir dos documentos oficiais e nas discussões acerca das problemáticas enfrentadas pela infância no decorrer das últimas décadas, nos convidam a investigar os direitos como a vida, a liberdade, na educação da criança. Um dos autores que apontam para tal perspectiva de análise é o sociólogo português Manuel Sarmento (2004), que tem como proposta os direitos da infância serem tratados a partir de “três Ps” caracterizados como participação, provisão e proteção, concebidos na maneira de olhar essas crianças como cidadãs, no qual são reconhecidas como sujeitos de direitos. Por isso, esta pesquisa busca proporcionar as crianças à vivência dos seus direitos fundamentais e tornar conhecido por elas não só o documento em si, mas também o conteúdo que lhes assegure esses direitos.

Palavras-chave: Direito, Infância, Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

“Nós não sabemos nada sobre a infância, e com as nossas noções equivocadas, quanto mais avançamos mais nos afastamos do caminho certo. Os mais sábios escritores dedicam-se ao que um homem deve saber, sem se perguntar o que uma criança é capaz de aprender. Estão sempre à procura do homem na criança, sem considerar o que este é antes de homem se tornar”.
(Jean-Jacques Rousseau, in Emílio, 1762)

Estas primeiras palavras ilustram claramente o modo como nós adultos naturalizamos a infância e em tentativas errôneas de pensar a criança com os olhos de nós adultos que, por não ouvir ou perceber as crianças com toda a sua autenticidade,

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, adossantodasilva@gmail.com;

perdemos seus anúncios sobre o que lhes cercam. (Rousseau, 1762 apud NUNES, 2003, p.30).

Dessa forma, este trabalho baseado, inicialmente, nas minhas motivações pessoais, tanto as minhas experiências como mãe, através das indagações surgidas no cotidiano das relações com os meus filhos e as minhas indagações no trabalho cotidiano enquanto professora da infância.

Assim, escrevo este trabalho questionando-me enquanto mãe, se de fato tenho enxergado os meus filhos como sujeitos de direitos. Questiono-me, ainda, se venho deixando os mesmos tomarem decisões, participarem das rotinas diárias da casa, expressarem o que sabem ou pensam sobre as situações que lhes cercam.

Me questiono também, a partir das minhas observações na escola pública de Educação Infantil, espaço não só do meu trabalho, mas principalmente, durante todo o meu percurso enquanto estudante tanto na Educação Básica, quanto em minha formação acadêmica. E atualmente, como professora da Educação Infantil.

No que se refere aos direitos humanos e na representatividade que tal perspectiva traz com respeito à promulgação da Declaração da Universal dos Direitos Humanos, segundo os estudos de Souza (2000), a questão dos direitos nos remetem ao período da Grécia Antiga, passando pelo Cristianismo Primitivo até ser efetivada de fato na Revolução Francesa a partir dos ideais iluministas, em pleno século XVIII.

O principal ponto a ser levantado para justificar a escolha deste tema se deu por acreditar que, contemporaneamente, a maioria das pessoas da sociedade tem na Escola de Educação Infantil, a preocupação central de esperar que a criança esteja “madura”/pronta para aprender ler, escrever e assimilar os demais conteúdos escolares. Esquecendo-se da importância de tê-la como sujeito capaz de agir no mundo, de tornar-se cidadã no seu processo de socialização infantil.

Desse modo, esta investigação procura retratar os direitos da criança no âmbito da Escola de Educação Infantil no Município de Campina Grande/PB, seguindo o desafio de ouvir as diferentes vozes dessas crianças no seu cotidiano escolar.

Sabemos que os significados que produzimos são partes nossas e dos outros, concordando com as idéias de Bakhtin (1981), quando este nos diz que, ao falarmos

trazemos outras vozes presentes em nosso discurso, isto é, a polifonia, a dialogicidade presente em cada um de nós. Com a criança pequena da Educação Infantil não é diferente.

Atualmente, o descaso sofrido pelas crianças nos permite fazer um aporte histórico da origem desse sentimento denominado de infância, segundo Ariés (2006) assim este sentimento que conhecemos hoje, tem sua origem a partir do século XVIII, sendo assim uma construção histórica, pois, foi a partir deste período que a infância passou a ganhar mais representatividade e possuir particularidades.

O que me permite produzir esta pesquisa foi o enfoque dado à criança no decorrer do século XX. A fim de entender o surgimento das leis e regulamentos acerca dos direitos é necessário primeiramente, pensar o período histórico da promulgação desses documentos que asseguram os direitos tanto da criança quanto os direitos humanos.

Sem dúvida, o período pós- guerra foi o precursor da Declaração Universal dos Direitos Humanos, cuja proclamação ocorreu 10 de dezembro de 1948. No entanto, os direitos da criança são frutos das discussões a respeito da administração simbólica da infância que, segundo Sarmiento (2004), é um período caracterizado a partir da modernidade com a globalização, no qual se cria normas específicas nem sempre implícitas acerca do tratamento dado a infância.

Assim, no primeiro momento desse trabalho é fundamental contextualizar a situação da infância/criança no Brasil e no Estado da Paraíba, sobretudo no período da pandemia do novo CoronaVírus², que tem contribuído para ampliar as desigualdades sociais no país, em especial, impactando as crianças pequenas de famílias oriundas das classes populares.

De modo geral, esta pesquisa tem como área investigativa o espaço escolar, cujas crianças em sua maioria, são vistas pelos adultos de modo geral, como pequenas demais para saberem ou realizarem algo.

² Segundo o site do Ministério da Saúde o CoronaVírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus (**nCoV-2019**) foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados na China. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br> Acesso em: 12/04/2021.

Portanto, o movimento deste trabalho é problematizar e historicizar não só o sentimento da infância, mas também, os direitos da criança na instituição educativa pública de Campina Grande/PB. Buscamos com esta pesquisa possibilitar um movimento de ação- reflexão, contribuindo não só para a minha formação, porém para a educação da própria criança quanto à sua formação cidadã.

A partir, desta experiência procuramos dialogar com Freire (2005), em defesa de uma educação libertadora, voltada não somente o uso da leitura e escrita da palavra, mas acima de tudo leitura da *palavramundo* visando à formação de uma criança cidadã, capaz de agir /lutar na sociedade e em seus espaços de vida cotidiana, reivindicando seus direitos e sendo conhecedora de seus deveres.

Ao investigar no cotidiano da escola de educação infantil a temática da criança e seus direitos, questionei-me quanto ao acesso à informação e vivência da existência destes direitos, quando cada dia que passa tem inúmeras notícias de negligências de pais sobre crianças. Por exemplo, crianças abandonadas pelas mães, espancadas por pais etc. Esta dura realidade me assusta dia a dia.

Contudo, o eixo norteador desta investigação não se restringe em ver a criança como depositário, que recebe as informações e as reproduz de maneira igual, mas sim como ator social, sujeito de suas ações no mundo, numa ideia pautada nos conceitos da Sociologia da Infância numa proposta em ter a criança como ator de todo o processo.

METODOLOGIA

Historicamente, a criança sempre foi marcada pelo silêncio no qual existia um adulto capaz de falar por ela, seja ele psicólogo, jurista, pediatra, assistente social e demais áreas do conhecimento. Essa ação mantinha a criança como não autônoma de suas ideias e sentimentos.

Porém, segundo Kramer (2002), ao trabalhar com as crianças temos privilegiado a concepção que as vê como sujeito, autores de suas histórias. Nessa perspectiva entendemos que:

Quando trabalhamos com um referencial que concebe a infância como categoria social e entende as crianças como cidadãos, sujeitos da história,

peças que produzem cultura, a ideia central é de que as crianças são autoras, mas sabemos que precisam de cuidado e atenção (p.42)

Por muito tempo, as teorias sociais sempre viram as crianças como tabulas rasas necessitando ser preenchidas pelos adultos numa concepção adultocêntrica. Esses discursos até então tidos como corretos fundamentavam as práticas e ações entre adultos e crianças, num processo a nosso ver extremamente autoritário.

Quando pensamos na funcionalidade dessa ação e buscamos entender as situações vivenciadas pelas crianças no sentido de evocar uma possibilidade de mudança de pensamento quanto à maneira de enxergarmos as crianças.

Nessa perspectiva, temos os estudos de Sarmiento (2004), James e Prout (2003), Qvortrup (2010), que apostam numa abordagem que entende e compreende a dinâmica social, no qual a criança está inserida pontuando essa separação formal através do conceito de institucionalização da infância, ou seja, da criação da escola e outro conceito de fundamental importância é a administração simbólica da infância, no qual nos permite pensar a partir da modernidade as diferentes regras criadas com intuito de configurar/estruturar as diversas práticas com respeito à infância.

Nos dias atuais em que a pandemia da COVID19 tem feito um desastre na economia mundial, nacional e até mesmo em nossa cidade, os altos índices de um processo de expropriação ainda mais acentuado devido ao aumento do desemprego e consequentemente da fome.

No dia 18 de março completou um ano da suspensão das atividades presenciais em nossas escolas de Educação Infantil da rede de Campina Grande/PB. Esse período foi marcado por inúmeras dificuldades enfrentadas pelas famílias oriundas das classes populares do nosso Município, cuja criança perde o seu direito fundamental de conviver com outras crianças, desenvolver-se de maneira plena em meio às interações e brincadeiras evidenciadas na BNCC³.

Acredito que pensar nos direitos infantis nesse período de isolamento social é de suma importância quando se busca atingir a tão sonhada qualidade da Educação Infantil.

³ “Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica” (BRASIL, 2018, p.9).

Nessa tentativa esta pesquisa tem a pretensão de ouvir as vozes de nossas crianças em meio à perda dos seus direitos fundamentais.

Com isso, a infância e todas as incertezas que lhe cerca, deve ocupar um dos lugares nodais nos debates internacionais e nacionais. No entanto, ainda vemos a ativação de situações que tem feito as crianças, o grupo etário mais vulnerável frente às mazelas sofridas com a Pandemia da COVID 19.

Portanto, todo caminho para entender esse termo vai muito além do seu sentido restrito, porém a enorme multidão de significados que este carrega. Já o autor Dimenstein (2002), aponta que as problemáticas enfrentadas pelas crianças são frutos da sociedade que a produz através da miséria, do desemprego entre outras ações que na realidade comprova a fragilidade da cidadania brasileira que o autor coloca como cidadania de papel.

Desse modo, o autor pontua a infância como indicador do desenvolvimento de um país, evidenciando assim como categoria social mais frágil exposta ao descaso e as problemáticas advindas das políticas públicas e das desigualdades sociais, sendo a criança a dimensão de futuro que esperamos para o nosso país.

Neste sentido, não podemos olhar as problemáticas vivenciadas pela infância através da Pandemia que tem assolado a Paraíba e em especial o Município de Campina Grande de maneira isolada, mas sim, historicizar os inúmeros fatores que cooperam para mantê-la tão desmistificada e negada de sentidos.

Dessa forma, a presente pesquisa é de cunho qualitativa, caracterizada por um estudo de caso, seguindo a abordagem do autor Richardson [et.al](#) (1999, p.90):

pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identificamos que a cidade de Campina Grande/PB possui uma gerência específica que responde pela Educação Infantil. O Município atende cerca de 9.220⁴ crianças na Educação Infantil que são divididas no número de 93 escolas que atendem juntamente a Educação Infantil e Ensino Fundamental e 36 creches e pré escolas a maioria fica localizada no perímetro urbano.

Desse modo, escolhemos como campo de pesquisa será baseado no estudo de caso de uma Escola municipal da Rede de Campina Grande/PB situada na urbana.

A pesquisa teve como proposta a metodologia participativa, no qual evoca as vozes das crianças que outrora eram silenciadas como incapaz, mas seguindo uma abordagem que legitima suas falas, tendo as crianças como parceiras da investigação.

Dentre os dispositivos metodológicos foram utilizados a partir da observação participante, registros escritos das crianças, desenhos, ou outras formas de expressão, que nos possibilitou conhecer a dinâmica espontânea das crianças, suas práticas e vivências com respeito aos direitos infantis na unidade educacional investigada.

Tomando como base uma abordagem sociológica em que a criança é entendida como sujeito, ator social concreto, deste estudo originou algumas implicações no modo de reger a apreciação dos resultados.

A fim de entender a criança como sujeito de direitos, a presente pesquisa exigiu um caráter ético, quanto ao uso das imagens, das falas e das produções infantis na tentativa de manter um anonimato para segurança das mesmas.

Quando buscamos trabalhar com um referencial que entende a criança como sujeito da investigação, na qual a questão ética dá centralidade e legitimidade as suas falas e produções, partimos da teoria de linguagem levantada por Bakhtin (1981). Assim, temos como fundamento metodológico ao fazer uso de entrevistas com as crianças, a compreensão de que a ação será efetivada pela fala de ambos: adulto e criança, pesquisador e pesquisado num profundo dialogismo.

Com isso, utilizamos a pesquisa-ação com objetivo de produzir mudanças no modo de enxergar a criança, tendo um olhar mais sensibilizado e atento que está atrelado à organização e ao registro de tudo que foi observado, construído no diálogo e nas ações anotadas no diário de campo.

⁴ Dados consultados a partir do Ideb disponível: <https://www.qedu.org.br> acessado em 12/04/2021.

Por outro lado, as conjecturas que nos faz questionar a própria maneira de conduzir todo trabalho investigativo na tentativa de olhar a infância com autonomia, como sujeito histórico-social e, portanto, têm suas particularidades que devem ser consideradas na elaboração da pesquisa.

Assim sendo, concordamos com as idéias de Kramer (2002, p. 46): “Hoje dispondo de um referencial teórico que questiona a prática da pesquisa e a forma de olhar a infância, temos procurado conhecer as crianças. Dessa experiência, muitas indagações emergem”.

No entanto, esta opção não desconsidera nem desqualifica a identidade infantil presente em cada sujeito envolvido nesta pesquisa e na importância que tal experiência nos permitiu compreender os anúncios e denúncias que as crianças trazem ao serem ouvidas.

Com isso, toda a investigação será baseada na pesquisa-ação que nos remete aos estudos de Richardson (1999), na qual a pesquisa tem como viés produzir mudança no que se refere na maneira de olhar as crianças com suas singularidades e especificidades, contribuindo para processos educativos vinculados à cidadania Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muito tempo a infância ocupou um lugar marginal em nossa sociedade, conforme foi apresentado ao longo deste artigo. Os estudos de Ariés(2006) demonstraram que o sentimento de infância não foi algo nato do ser humano, mas sim uma construção social, onde passou por diferentes períodos, até chegarmos ao sentimento que conhecemos atualmente.

Já os apontamentos de Sarmento (2004) que nos falam das regras estruturais para tratamento da infância, com a criação de leis específicas que nos faz pensar nas particularidades dessa etapa da vida humana e na importância de problematizarmos os direitos infantis nas Escolas de Educação Infantil.

Assim, busquei com esta investigação mostrar e comprovar a partir do cotidiano das crianças da Escola de Educação Infantil, da faixa etária entre 4 e 5 anos, a forma pela qual as mesmas tem acesso a informação e a vivência dos seus direitos fundamentais.

Nessa perspectiva, este estudo defende a escola como espaço privilegiado da constituição da cidadania infantil, parceira na busca por uma educação que entenda e propicie a criança vivenciar todos os seus direitos tais como defende Sarmento (2004) como os três ‘‘Ps’’ evidenciados como participação, provisão e proteção.

Contudo o presente trabalho não se esgota em si, mas busca legitimar as falas e ações de nossas crianças com respeito aos seus direitos fundamentais na Escola de Educação Infantil.

Desse modo, este estudo tem a pretensão de inculcar em nós profissionais da educação a importância de uma Escola de Educação Infantil que crie situações cotidianas que possibilitem ouvir os anúncios e denúncias de nossas crianças com respeito aos seus direitos no interior da unidade educativa.

Enfim, busco abordar neste trabalho uma concepção que percebe a criança como sujeito sócio-histórico, portanto, como sujeito de direitos, não entendendo-a como simples receptor do mundo a sua volta, mas, como ator concreto de todo o processo de construção de uma vida, seja no espaço escolar ou fora dele.

Certamente, o aprendizado do convívio com e não simplesmente sobre as crianças fizeram vivenciar situações que permitiram compreender que a Escola de Educação Infantil pode constituir um ambiente generoso e excepcional de riquezas e experiências com respeito aos direitos infantis, pois cada fala ou produção dessas crianças nos possibilitam entender as denúncias e anúncios das crianças vitimizadas por nós adultos preocupados com o amanhã esquecendo-se de apreciar o agora.

Neste sentido, esta pesquisa longe de ser conclusiva, nos remete ao desafio de continuar investigando o cotidiano escolar como locus de (re) invenção da cidadania da infância, especialmente, como um espaço generoso e propositivo para a (re) alimentação de uma ‘‘cultura de direitos’’.

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 12/04/2021.

DELGADO, Ana Cristina Coll & MÜLLER, Fernanda. Sociologia da infância: pesquisas com crianças. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, n. 91, vol.26 p.351-360, maio/ago. 2005.

DIMESTEIN, G. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. Editora Ática, São Paulo: 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra, São Paulo: 2005.

KRAMER, Sonia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 41-59, jul. 2002.

MÜLLER, Fernanda. Infância nas vozes das crianças: culturas infantis, trabalho e resistência. **Revista Educação e Sociedade**, São Paulo, n. 95, vol.27, p.553-573, maio/ago.2006.

NUNES, Angela. **“Brincando de ser criança”**: contribuições da etnologia indígena brasileira e à antropologia da infância. Tese (doutorado em Antropologia) - Departamento de Antropologia do ISCTE, Lisboa, Portugal, 2003.

PINTO, Manuel. A Infância como construção social. In: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (coord.). **As crianças: Contextos e Identidades**. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997.

POSTMAN, Neil. **Desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2006.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v.36, n.2, p.631-643, maio/ago. 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, M; CERISARA, A. B. (orgs) **Crianças e miúdos: perspectivas sociais pedagógicas da infância e da educação**. Porto: Asa, 2004.

SOARES, Natália Fernandes. **A investigação participativa no grupo social da infância**. 2003. IEC – Universidade do Minho - Mimeo.

TOMÁS, Catarina. “Participação não tem idade” Participação das Crianças e Cidadania da Infância. **Contexto & Educação**, n. 78, p. 45-68, jul./dez. 2007.